



REFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

PARECER JURÍDICO

EMENTA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES PÚBLICAS. TOMADA DE PREÇOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LIMPEZA URBANA. COLETA, VARRIÇÃO, TRANSPORTE. FASE DE HABILITAÇÃO. RECURSOS EM FACE DAS HABILITAÇÕES. CONTRADITÓRIO E CONTRARRAZÕES. PARCIAL PROVIMENTO DE RECURSOS. BALANÇO PATRIMONIAL NÃO REGISTRADO. DECLARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS VAZIA.

1. Trata-se do **processo licitatório 82/2022 – Tomada de Preços 05/2022**, seleção de empresas e obtenção de propostas para contratação de prestação de serviços de limpeza pública urbana, incluindo varrição e coleta e transporte dos resíduos.

Fase interna regular, com a solicitação do setor de origem, informado haver a disponibilidade orçamentária e financeira, autorização para o desencadeamento do procedimento licitatório, edital regularmente preparado, com termo de referência, aprovação do edital e da minuta de contrato, publicação em órgão da imprensa oficial, conforme a regulamentação da espécie, observância do prazo legal à modalidade.

2. À sessão licitatória, realizada em 30 de março de 2022, vieram 6 empresas, quais sejam: **PORTES & TRANIM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número 17.273.742/0001-93, representada pelo Sr. Lucas Portes Barbosa; a empresa **PCK CONSTRUTORA LTDA ME**, inscrição no CNPJ 23.952.501/0001-73, representada pelo senhor Kleber Araújo Rocha; a **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE ME**, inscrição no CNPJ número 22.454.801/00001-60, sem representante presente no certame; **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrição no CNPJ número 27.740.311/0001-43 **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA**, inscrição CNPJ sob número 44.618.485/0001-57, representada pelo Sr. Diego Fonseca Silva; e **FERNANDO A. DA SILVA**, inscrição no CNPJ número 71.162.150/0001-40, representada pelo Sr. Fernando Alves da Silva.

Ao término da sessão, na fase de habilitação, a Comissão de Licitação, aferidos os envelopes e conferidos os documentos de habilitação, à vista de todos participantes, entendeu pela habilitação de todos os licitantes, e abriu o prazo para eventuais recursos. De fato, no prazo regulamentar, considerados os 5 dias úteis para a espécie, vieram aos autos quatro recursos de quatro dos licitantes no certame, em ataques desferidos contra os concorrentes, em reciprocidade de vigilância e virulência, porém salutar para o fim. Após notificados os licitantes, em observância do contraditório e da ampla defesa, e para garantia da observância da legalidade, vieram aos autos as contrarrrazões de todas.



REFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

3. Veio da PORTES & TRANIM LTDA, em face da habilitação das oponentes PCK CONSTRUTORA LTDA ME e HORIZONTES EMPREENDIMENTOS, recurso pelo item 1.15 do edital referente ao Anexo VII, a declaração da disponibilidade dos equipamentos para a execução dos serviços, não estando atendida a exigência do edital do reconhecimento de firma, além de não relacionar os equipamentos para os serviços.

Veio da empresa ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS, em face da habilitação das oponentes, recurso em face da PCK CONSTRUTORA LTDA ME, por contrariar o item 1.15 do edital a sua declaração da disponibilidade dos equipamentos sem firma; em face da EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS, por contrariar o item 1.15 do edital a sua declaração da disponibilidade dos equipamentos sem firma, e por seu balanço patrimonial não estar registrado na Junta Comercial, item 1.17 edital; em face da HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO, item 1.15 do edital referente ao Anexo VII, declaração da disponibilidade dos equipamentos sem o reconhecimento de firma, além de não relacionar os equipamentos, Anexo VII vazio, e por seu atestado de capacidade técnica não atender, por não estar o atestado do seu profissional vinculado à empresa licitante, relativo ao item 1.10 do instrumento edital; em face da PORTES & TRANIM LTDA, por invalidade da sua certidão do CREA por ter havido alteração contratual da empresa para aumento de capital, 100 para 250 mil; em face de FERNANDO A. SILVA, por declaração item 1.15 sem reconhecer a firma.

Vieram recursos da EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS, em face da habilitação de todas as concorrentes habilitadas, sendo em face da empresa ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS, por não estarem atualizadas as suas certidões do CREA referentes à empresa e ao responsável técnico, mesmo estando em sua validade, e por ausência de notas explicativas no seu balanço patrimonial, arguidas necessárias; em face da HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO, também de não estarem atualizadas as suas certidões do CREA, apesar de nos prazos de validade, pela não aceitação de sua certidão no CREA por ter saído do enquadramento de ME para EPP pelo seu faturamento anual, e declaração pelo Anexo VII sem firma e vazia; em face de FERNANDO A. DA SILVA ME, por ausência de notas explicativas no seu balanço patrimonial, o atestado de capacidade técnica do profissional por outro CNPJ, e invalidade da sua certidão do CREA, por ter saído de ME por seu faturamento anual; em face da PCK CONSTRUTORA LTDA ME, por não estarem as certidões do CREA atualizadas, apesar de estarem dentro da validade, do atestado de capacidade técnica do engenheiro não corresponder ao objeto, ausência de notas explicativas no balanço patrimonial, e não aceitação da certidão do CREA pelo faturamento acima do de ME; em face da PORTES & TRANIM LTDA, pela não aceitação de sua certidão do CREA por alteração contratual com aumento do capital de 100 mil para 250 mil, e ausência de notas explicativas no balanço patrimonial; pugnando por inabilitação das empresas.

Veio recurso de FERNANDO A. SILVA, em face da habilitação das empresas, a HORIZONTES EMPREENDIMENTOS, pela declaração do item 1.15 ou Anexo VII



REFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

sem indicar a disponibilidade de equipamentos e sem o reconhecimento de firma; e em face da PCK CONSTRUTORA LTDA, pelo Anexo VII sem reconhecimento de firma.

4. Após notificadas dos recursos interpostos, em cumprimento do contraditório e ampla defesa, de conformidade com as disposições constitucionais e processuais e ante os dispositivos na Lei Regente de Licitações concernente aos procedimentos recursais, vieram as contrarrazões das licitantes participantes do certame e que foram atacadas, sendo as empresas manifestantes as seguintes e manifestando as contrarrazões a seguir.

Veio manifestação da HORIZONTES EMPREENDIMENTOS, da regularidade da sua certidão de responsabilidade técnica, por ser o profissional detentor de diversos atestados apresentados ao certame, entre os quais serviços equivalentes com o objeto, pela insignificância da ausência de reconhecimento de firma, mas não se manifestando sobre a questão de não ter indicado equipamentos para os serviços, ou declaração vazia.

Veio manifestação da ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS, da regularidade das certidões emitidas pelo CREA exibidas, por estarem as suas certidões dentro do prazo de validade e não haver qualquer disposição editalícia ou legal sobre um prazo mínimo, e sobre a insignificância da ausência de notas explicativas no balanço patrimonial, não havendo disposição legal específica sobre isso, e estando o balanço registrado na Junta.

Veio a defesa da EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS, pela inexigibilidade do reconhecimento de firma na declaração do Anexo VII, em se tendo um documento original e sendo exigida pelo edital a apresentação de documentos no original ou se cópias, que fossem autenticadas ou para autenticação ante os originais, e justificando não estar o seu balanço patrimonial registrado na Junta Comercial, por ter sido emitido pelo sistema eletrônico *SPED – Serviço Público de Escrituração Digital*, regulamentado pelo Governo Federal para efeito controle tributário da Receita Federal.

Veio manifestação de FERNANDO A. SILVA, pela insignificância da exigência de reconhecimento de firma em documento original com assinatura não contestado, o não prejuízo à admissibilidade da capacidade técnica por exibir atestado de engenheiro que prestou serviços na época por outra empresa, mas que é seu responsável técnico, e pela insignificância da ausência de notas explicativas no balanço patrimonial exibido, vez que devidamente registrado na Junta Comercial, e sem exigência legal a respeito.

Veio a manifestação da PORTES & TRANIM, pela regularidade da sua certidão emitida pelo CREA, que está no prazo de validade e não está prejudicada por alteração contratual que se refere ao capital social, não afetando os dados cadastrais da empresa e não tendo qualquer relação com os seus atestados de capacidade técnica ora exibidos, e pela insignificância da ausência de notas explicativas, sem exigência legal.

5. Indo ao mérito, tem-se que vieram diversos ataques aos documentos de várias das empresas que se repetem a respeito de umas e depois também a respeito de outras, de modo que esses ataques podem ser analisados por espécie, a valerem para os casos.



REFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

Sobre a declaração do item 1.15 – Anexo VII sem o **reconhecimento de firma**, vê-se que a exigência de reconhecimento de firma para a declaração constante do 1.15 foi excessiva e fere os ditames normativos e princípios regentes de licitações públicas, tendo sido exigida para a declaração, mas não exigida para o termo do credenciamento de representante no certame, nem também para a declaração de não se contratar menor. Ademais, ainda que conste do art. 41 da Lei de Licitações a vinculação ao edital, há de se observar também que consta da Lei de regência em seu art. 3º, §1º, I que é vedado “admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo” ao certame licitatório. Veio em 8/10/2018, a Lei Federal 13.726 – da desburocratização, em que consta do seu “Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é **dispensada** a exigência de: I - reconhecimento de firma”, a não ser nos casos controversos ou suspeitos de fraude. Assim, havendo de ser desconsiderada a exigência excessiva reconhecimento de firma.

Sobre a arguição que as **certidões emitidas** pelo **CREA**, tanto as da empresa ou as dos seus engenheiros responsáveis técnicos, **não** estejam **atualizadas** e não possam ser admitidas, tem-se que todas as certidões exibidas pelos licitantes estão na mesma configuração, apresentadas dentro do seu intercurso de emissão e prazo de validade, inclusive as certidões da recorrente que levantou esta querela, mas todas na validade. Assim, vê-se a total improcedência desse ataque generalizado, e falta de fundamento.

Sobre a arguição de que as **certidões emitidas** pelo **CREA** para as empresas não tenham validade, porque as empresas se tenham cadastrado como ME e tenham obtido o **faturamento anual** acima do **enquadramento** e assim passando para EPP, também não procede porque tal evolução só tem efeito para os fins tributários, e para isso tem a Receita Federal instrumentos próprios de monitoramento, não sendo alterada a validade da certidão nem as anotações de capacidade técnica que interessam no presente caso.

Sobre a arguição de que as **certidões emitidas** pelo **CREA** para as empresas, no tocante à sua capacidade técnica não possam ser admitidas porque os atestados de seus engenheiros informem os serviços prestados **na ocasião vinculados** a outra **empresa**, também não procede porque os engenheiros constam na certidão do CREA como os seus responsáveis técnicos e os acervos pertencem aos técnicos onde estiverem eles.

Sobre a arguição de que as **certidões emitidas** pelo **CREA** para as empresas não tenham validade porque a empresa fez a alteração contratual para **aumento de capital**, arguida para atingir a PORTES & TRANIM LTDA ou qualquer uma outra que fosse, também não procede porque o aumento de capital não altera a situação cadastral da empresa e também não afeta os atestados de capacidade técnica, que interessa no caso.

Sobre a arguição de que as **certidões** trazidas do **CREA** exibidas pela empresa PCK CONSTRUTORA LTDA ME relativas à capacidade técnica não sejam aceitáveis, porque o atestado do seu profissional **não** seja **compatível com objeto**, sendo relativo



REFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

à assessoria e não de execução também não procede, porque a empresa exibiu outros atestados do mesmo profissional referentes a serviços de execução, incluindo capina, varrição, coleta de entulhos, transporte, equipamentos, caminhões, inclusive o pessoal necessário para os serviços, em características e dimensão proporcional dos serviços, assim não procedendo a impugnação em análise, mais se tratando de ataque de má fé.

Sobre a arguição de que os **balanços patrimoniais** não possam ser admitidos, por deles não constarem **notas explicativas** previstas em regulamento infralegal, também não procedem porque a exigência de preenchimento dos requisitos para os balanços é de ser avaliada pelo órgão responsável pelo registro – a Junta Comercial, só tendo o edital exigido o balanço patrimonial registrado na Junta Comercial, e ademais não se tratando de exigência legal a respeito do item, assim portanto improcedente o ataque.

No entanto, tem-se duas situações específicas a respeito dos seguintes quesitos: o **item 1.15 – Anexo VII não atendido** pela HORIZONTES EMPREENDIMENTOS, não por não constar a sua declaração do Anexo VII do reconhecimento de firma, mas por não ter atendido a finalidade de indicar a disponibilidade dos equipamentos para a execução dos serviços, tendo vindo a sua **declaração vazia**, como se inexistente sendo, assim não tendo atendido às exigências do edital, não se admitindo a sua habilitação;

O outro ponto deficitário relativo ao **balanço patrimonial** trazido pela empresa EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS, **não** devidamente **registrado** na Junta Comercial como constante do item 1.17 do edital, tendo a empresa justificado ser o seu balanço patrimonial emitido eletronicamente pelo sistema SPED e portanto de conformidade com os regulamentos de monitoramento tributário da Receita Federal;

O que no entanto não pode prevalecer por ter o edital em seu item 1.17 exigido o balanço patrimonial, para aferir tanto a boa situação financeira da empresa para efeito da sua capacidade de execução dos serviços, quanto para efeito do patrimônio líquido, com competente registro na Junta Comercial, exigíveis e apresentados na forma da lei; e sendo que a *Lei Federal 10.406/2002 – Código Civil*, no livro sobre as empresas no art. 1.150 vincula os empresários e as sociedades empresárias às Juntas Comerciais pelo Serviço Público de Registros Mercantis ou ao Registro das Pessoas Jurídicas;

Ademais, no tocante ao objeto em foco, o seu balanço patrimonial também não atendendo ao disposto no art. 1.180 e parágrafo único e 1.181 e parágrafo único, ambos da Lei Federal 10.406/2002, como se pode visualizar pela transcrição a seguir:

Art. 1.180. Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

Parágrafo único. A adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.

Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.



REFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

Parágrafo único. A autenticação não se fará sem que esteja inscrito o empresário, ou a sociedade empresária, que poderá fazer autenticar livros não obrigatórios. (g. n.)

É farta a jurisprudência sobre a exigibilidade do registro do balanço patrimonial, como no caso do presente julgado da 1ª Câmara Cível do TJMG, a respeito da matéria:

Número do 1.0000.20.582340-4/00, Numeração 5823412

Relator distribuído: o Desembargador João Rodrigues dos Santos Neto

Relator do Acórdão: o Desembargador João Rodrigues dos Santos Neto

Data do Julgamento: 10/08/2021 Data da Publicação: 16/08/2021

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE - PREVISÃO EXPRESSA NO EDITAL - ART.1181 DO CÓDIGO CIVIL - RECURSO PROVIDO - DECISÃO AGRAVADA REFORMADA.

- **É possível a inabilitação de licitante** que deixou de observar norma do edital que exige a apresentação de balanço patrimonial, nas formas da lei.

- Nos termos do art.1181 do Código Civil, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis. (g. n.)

Visto, portanto, que a EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS não atendeu às disposições do instrumento convocatório e não preenchem os requisitos para a habilitação, e não sendo o SPED que um serviço de monitoramento tributário da Receita Federal e não tendo, sendo de ordem infralegal, o condão de suprir a lei.

6. Assim, somos de parecer por **provimento parcial** dos recursos, que se revelam **improcedentes** quanto às arguições analisadas acima a respeito de todas as empresas, no que se refiram a cada uma; no entanto **procedentes duas das arguições, quais sejam:**

o **item 1.15 – Anexo VII não atendido** pela HORIZONTES EMPREENDIMENTOS, não por não constar a sua declaração do Anexo VII do reconhecimento de firma, mas por não ter atendido a finalidade de indicar a disponibilidade dos equipamentos para a execução dos serviços, tendo vindo a sua **declaração vazia**, como se inexistente sendo, assim não tendo atendido às exigências do edital, não se admitindo a sua habilitação;

O outro ponto deficitário relativo ao **balanço patrimonial** trazido pela empresa EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS, **não** devidamente **registrado** na Junta Comercial como constante do item 1.17 do edital, tendo a empresa justificado ser o seu balanço patrimonial emitido eletronicamente pelo sistema SPED e portanto de conformidade com os regulamentos de monitoramento tributário da Receita Federal;



REFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

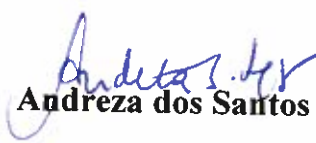
Assim, por não atender ao item 1.17 do edital quanto ao seu balanço patrimonial e também não atendendo ao art. 1.180 e parágrafo único e 1.181 e parágrafo único, da Lei Federal 10.406/02, apresentado não registrado na Junta Comercial na forma legal, pela não habilitação da EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS.

7. Enfim, a Comissão, se entender conforme parecer, não provendo os recursos, faça-os subir à autoridade superior que deslanchou o presente certame, para a devida apreciação das razões recursais e contrarrazões arguidas, e sua competente decisão, nos termos do art. 109 e §4º da Lei Federal 8.666/1993 – de regência da matéria.

Após, em sendo os recursos apreciados pela autoridade superior, qualquer que seja a sua decisão a respeito, com a devida notificação dos interessados, esgota-se a fase de recursos, prosseguindo-se o procedimento para abertura das propostas.

Eis, pois, o nosso entender, à apreciação da Comissão e do ordenador.

Prefeitura Municipal de DIVINO, 10 de **novembro** de 2022.


Andreza dos Santos Logão
OAB/MG 169.840